

HELENA LINS ALVES, DALSON B. FIGUEIREDO FILHO
RANULFO PARANHOS, JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA JR.
ENIVALDO CARVALHO DA ROCHA

Análise institucional comparada dos Estados fracassados

Análise Social, 219, LI (2.º), 2016

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



Análise Social, 219, LI (2.º), 2016, 432-456

Análise institucional comparada dos Estados fracassados.

O objetivo deste trabalho é criar um indicador de fracasso do Estado. A metodologia combina estatística descritiva e multivariada para analisar as bases de dados do Quality of Government Institute e do Earth Policy Institute. Os resultados sugerem que: (1) comparativamente, a independência do judiciário é a variável que menos contribui para a criação do indicador de fracasso estatal; (2) a análise de *clusters* classificou 17 países como Estados colapsados, sendo a Somália o caso mais extremo; e (3) tanto a fragmentação étnica quanto o desenvolvimento económico desigual variam de forma estatisticamente significativa entre os *clusters*.

PALAVRAS-CHAVE: Estados fracassados; desempenho institucional; segurança; análise fatorial; análise de conglomerados.

Compared institutional analysis among weak States. This article seeks to create a State failure indicator. The methodology combines descriptive and multivariate statistics to analyze the databases Quality of Government Institute and the Earth Policy Institute. The results suggest that: (1) the independence of the judiciary is the variable that contributes the least to the creation of a State failure indicator; (2) cluster analysis classified 17 countries as collapsed states, Somalia is the most extreme case; and (3) ethnic fragmentation and uneven economic development show statistically significant variation between clusters.

KEYWORDS: failed states; institutional performance; security; factor analysis; clusters analysis.

HELENA LINS ALVES

DALSON B. FIGUEIREDO FILHO

RANULFO PARANHOS

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA JR.

ENIVALDO CARVALHO DA ROCHA

Análise institucional comparada dos Estados fracassados

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que a capacidade institucional de um Estado é fundamental para que ele possa funcionar de forma plena (Fukuyama, 2004), o principal objetivo desse artigo é criar um índice que mensure o fracasso do Estado. Metodologicamente, o desenho de pesquisa combina estatística descritiva e multivariada para analisar as bases de dados do Quality of Government Institute e do Earth Policy Institute. Em particular, utiliza-se a análise de componentes principais para estimar um índice de fracasso estatal, a análise de conglomerados (*cluster*) para classificar os países na tipologia proposta por Rotberg (2002) e, por fim, a análise de variância (ANOVA) para comparar a distribuição de diferentes variáveis entre os *clusters*.

Mas o que são Estados fracassados, afinal? Apesar de não existir uma definição consensual (Gros, 1996), a literatura entende o fracasso estatal como a falta de capacidade institucional para desempenhar funções básicas (Fukuyama, 2004). Historicamente, o debate acerca dos Estados fracassados começou a ter maior evidência a partir da década de 1990, com a desintegração territorial de alguns Estados – a exemplo da Jugoslávia (Cojanu e Popescu, 2007). Segundo Yoo (2011), o fim da Guerra Fria marcou o surgimento de mais de duas dúzias de novos Estados – alguns deles com sérias dificuldades de se autogovernarem como unidades independentes.

Outro conjunto de Estados fracassados está conectado à proliferação de países que eram considerados consequência do legado colonialista (Cotton,

2007). Na sua maioria localizam-se nos continentes africano e asiático e também apresentam dificuldades na autogestão (Yoo, 2011). Malek (2006, p. 3) argumenta que esses Estados estavam “baseados em estruturas feudais, de clãs ou de famílias em vez de instituições autossustentáveis de Estado”.

Foi a partir dos atentados terroristas às torres gêmeas do *World Trade Center*, a 11 de setembro de 2001, que a preocupação mundial com os Estados fracassados tomou enorme proporção¹ (Rotberg, 2002b). A associação entre terrorismo e Estados fracassados dá-se pela falta de segurança que eles apresentam: as fronteiras são frágeis, facilitando a infiltração não apenas dos grupos terroristas², mas de fações criminosas. A segurança interna também é frágil, uma vez que não há aparato policial eficiente para proteger os próprios cidadãos (Rotberg, 2002a).

Os Estados fracassados são também focos de outros problemas que vão além da questão da segurança, como por exemplo a pobreza, a proliferação de doenças como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA) – que é amplamente presente em países africanos, especialmente naqueles ao sul do Saara –, o tráfico de drogas e a criminalidade – que vêm crescendo bastante em países entre o centro e o oeste da África –, a emigração em massa, além de conflitos internos ou até mesmo guerras civis, que desestruturam países como é o caso do Afeganistão. Ademais, outro aspeto igualmente importante levanta a questão da baixa qualidade de vida dessas populações no que tange aos direitos humanos.³

E por que motivo é importante estudar os Estados fracassados? É somente a partir da compreensão dos fatores que levaram determinado país a tal condição que é possível propor reformas capazes de reestruturar o seu arcabouço institucional. Rotberg (2003a) e Fukuyama (2004) defendem que a condição de fracasso dá respaldo para intervenção externa – porém esta necessita de levar em conta o contexto e as peculiaridades locais para que consiga, de facto, ser bem sucedida.

O presente artigo está dividido na seguinte forma: na primeira parte revê-se a literatura mostrando os conceitos, classificações e características dos Estados fracassados. Na segunda secção apresenta-se a metodologia do trabalho e

1 A primeira Estratégia de Segurança Nacional do governo Bush (2001-2009) destacou que os Estados falidos representavam as principais ameaças aos Estados Unidos (Rice, 2003).

2 A *Al-Qaeda* é um exemplo de grupo terrorista com alcance internacional atuante em Estados falidos. De acordo com Rice (2003), esta organização já se infiltrou em países como o Sudão, desenvolveu atividades na Somália, e em diversos países africanos.

3 A Declaração Universal dos Direitos Humanos define os direitos básicos de todos os homens. Foi proclamada pelas Nações Unidas no ano de 1948 como consequência das atrocidades vivenciadas na Segunda Guerra Mundial.

os procedimentos estatísticos a serem utilizados. Por último, serão expostos os resultados e as considerações finais.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

CAPACIDADE INSTITUCIONAL

Apesar de não haver consenso em relação à definição de Estado fracassado, a literatura converge no que diz respeito à falta de capacidade por parte de alguns Estados de se autogovernarem (Rotberg, 2002a; Fukuyama, 2004; Krasner, 2005). Países como a Somália e o Afeganistão são constantemente citados por enfrentarem inúmeros problemas que giram em torno da falta de um governo central capaz de atender às necessidades da própria população.

Para Fukuyama (2004), o fracasso do Estado está estreitamente conectado à governança – à capacidade de as suas instituições prestarem serviços à população, implementarem políticas públicas eficientes, além de criarem leis e um aparato capaz de fazer com que elas sejam cumpridas. O foco, neste caso, não repousa nos objetivos do governo em si, mas no desempenho de suas instituições.

Segundo Fukuyama (2004), a capacidade institucional de um Estado divide-se em quatro componentes. A primeira – *projeto e gerenciamento organizacionais* – corresponde aos conhecimentos na área da administração pública, gerenciamento de organizações estatais. Essa componente é bastante técnica, uma vez que os agentes dependem de treino para desempenhar funções administrativas.

A segunda componente é o *projeto do sistema político*. Ele não está ligado aos órgãos específicos do Estado, mas ao desenho institucional como um todo. O foco repousa em identificar que instituições produzem maior crescimento económico. Fukuyama (2013b) também argumenta que o desenvolvimento político precisa de acompanhar o económico, de forma a que a ordem política seja mantida. Adicionalmente, alguns autores (Norris, 2008; Lijphart, 2003) defendem que a solução para esse dilema é a adoção de um sistema político *power-sharing*.

O terceiro – *base de legitimação* – diz respeito ao apoio da sociedade em relação ao desenho institucional vigente. Apesar de haver um debate amplo sobre legitimidade e regimes, muitos autores defendem que a boa administração pública – a longo prazo – necessita da democracia para se sustentar (Rotberg, 2002; Malek, 2006).

O último componente, e talvez o mais peculiar, são os *fatores culturais e estruturais*. Fukuyama (2004) argumenta que o desenho formal das instituições é afetado pela cultura e pelos valores da sociedade. Ou seja, determinados

países – como os tigres asiáticos – sempre tiveram uma organização bastante burocrática e uma sociedade muito disciplinada, o que os favoreceu em termos de qualidade institucional. Os países latinos não apresentam o mesmo desempenho institucional e parte disso pode ser atribuído aos valores culturais dessas sociedades.⁴

Rotberg (2002a) também evidencia a importância do desempenho institucional. Para o autor, o nível de fracasso do Estado é gradativo e dá-se a partir do seu definhamento como provedor de bens políticos à população. Esses bens políticos estão dispostos de forma hierárquica, na qual a segurança é considerada o mais importante. Além da segurança, o autor destaca a livre participação dos cidadãos no processo político, o respeito às instituições, a infraestrutura e a provisão de serviços básicos.

CLASSIFICAÇÕES DE NÍVEL DE FALÊNCIA DO ESTADO

Segundo Rotberg (2002a), a função primordial do Estado é garantir que os seus habitantes estejam protegidos de qualquer ameaça – seja interna ou externa. Além do sentido hobbesiano de segurança, o autor destaca a importância de um poder judiciário forte e da proteção do direito de propriedade. Sem que haja garantia de segurança, os demais bens políticos não podem ser fornecidos. Bates (2008a) alega que o Estado, uma vez fracassado, se torna um instrumento de predação, agindo de acordo com o interesse dos governantes em detrimento da segurança de seus habitantes. Consequentemente, a população procura formas alternativas de garantir proteção, o que corrompe o monopólio estatal do uso legítimo da força (Bates, 2008b).

Em segundo lugar, o Estado tem de garantir a participação livre e plena dos cidadãos no processo político. Essa esfera engloba também os direitos civis e humanos da população. Por último, Rotberg (2002a) enfatiza o fornecimento de educação e saúde – ainda que esses bens possam ser assegurados por iniciativa privada – e a infraestrutura do país como um todo, além da existência de um banco central para estruturar a economia do país.

Fukuyama (2004) também dispõe as funções do Estado de forma hierárquica. Assim como Rotberg (2002a), as questões que dizem respeito à segurança como um todo são consideradas prioritárias ou “mínimas”. Entretanto, a saúde também é tida como fundamental, assim como as políticas de proteção aos pobres. Entre as funções intermediárias estão a educação, o meio ambiente e o seguro social. As funções menos essenciais são as ativistas, que correspondem à política industrial e à redistribuição da riqueza.

4 Um bom exemplo de argumentos culturalistas está em Huntington e Harrison (2002).

Gros (1996) propôs uma taxonomia de Estados fracassados baseada no funcionamento das suas instituições. Foram identificados cinco tipos de Estados fracassados. O primeiro é o *anárquico*, que não apresenta um governo central – a exemplo da Somália. Estados anárquicos vivenciam disputas entre grupos armados, a mando dos *warlords*,⁵ pelo controlo do território.

O segundo tipo é o *fantasma*, que apresenta atuação em áreas limitadas, exercendo pouco ou nenhum controlo sobre as demais partes do território, como o ocorrido no Zaire.⁶ Gros (1996) reduz o escopo de atuação dos Estados fantasmas à proteção do seu próprio déspota, a exemplo do governo de Mobutu Sese Seko.⁷

O terceiro tipo é o *anémico*, que é enfraquecido por grupos insurgentes que desafiam a autoridade central ou pelas estruturas arcaicas do Estado, que geram pressões populares por modernização, a exemplo do Haiti no período do ditador François Duvalier.⁸ A diferença primordial entre o Estado fantasma e o anémico, de acordo com Gros (1996), é que o anémico ainda é capaz de exercer algumas funções – ainda que limitadas – além da proteção do próprio governante.

O quarto é o Estado *capturado*, que, ao contrário dos outros, possui uma autoridade forte e centralizada, mas que é beneficiária de uma elite local que tem a intenção de destruir as elites rivais, promovendo perseguições e massacres, como o ocorrido no Ruanda. O Estado é capturado por causa da falta de consenso entre as elites em relação às leis e regras sob as quais o governo deve ser conduzido – o que faz com que a elite governante queira sufocar as demais para permanecer no poder. Atul Kohli (2002) propôs o que poderia ser visto como complemento dessa definição, sob o nome de Estado *neopatrimonial*. Nesse tipo de arranjo institucional, burocracias e elites criam vínculos essencialmente corruptos, preterindo o desenvolvimento pelo ganho particular.

5 *Warlords* possuem comando não oficial sobre sub-regiões do território nacional, além de possuírem os seus próprios grupos armados e a fidelidade de uma parcela da população, que busca associar-se a eles com o objetivo de receber a proteção que o Estado deixara de ser capaz de fornecer.

6 Atual República Democrática do Congo.

7 Mobutu comandou um governo autoritário no Zaire entre 1965 e 1997. Todo o poder político estava nas suas mãos, além do tesouro nacional – enquanto a população morria de fome. Em 1997, após sua derrubada, o Zaire voltou a adotar o nome República Democrática do Congo.

8 Eleito em 1957, Duvalier instaurou uma ditadura baseada na corrupção e no terror. Enquanto a sua família enriquecia, a população do Haiti encontrava-se cada vez mais pobre e o governo não hesitava em reprimir qualquer tipo de insurgência. Nesse período, ocorreram inúmeras violações aos Direitos Humanos, através da atuação dos *tontons macoutes*, a milícia criada para obedecer às ordens de Duvalier. O seu governo estendeu-se até 1971, ano de sua morte.

Se perpetuado, o parasitismo Estatal pode levar ao fracasso e à ruína da ordem política.

O quinto e último tipo, o Estado *abortado*, é aquele que faliu antes mesmo de o processo da sua formação estar consolidado. Gros (1996) faz referência a Angola e Moçambique, que, desde a independência até então, não tinham conseguido obter o monopólio do uso legítimo da força, pois tinham de lutar contra grupos insurgentes financiados pelos Estados Unidos e pela África do Sul.

Enquanto Gros (1996) inclui apenas os Estados falidos na sua taxonomia e leva em consideração poucas características, Rotberg (2002a) propõe uma classificação dos Estados como um todo, de acordo com o grau de provisão efetiva dos bens políticos. A classificação é feita em quatro tipos: Estados fortes, fracos⁹, fracassados e colapsados.

De acordo com Rotberg (2002a), os Estados fortes são aqueles que conseguem fornecer os bens políticos de forma eficiente para os seus habitantes. Os Estados fracos possuem deficiência na provisão de alguns bens políticos e apresentam grande potencial para a falência, embora isso não seja regra. A Colômbia é um exemplo de Estado fraco. Ela apresenta um desempenho geral relativamente bom, mas não possui o controlo total do território, pois

QUADRO 1

Síntese da Taxonomia de Gros (1996)

Tipo de Estado	Descrição	Países
Anárquico	Não há governo central	Somália e Libéria
Fantasma	Eficiência do governo restrita à proteção do próprio ditador	Zaire
Anêmico	Perda do controlo de parcelas do território por parte do governo devido a pressões ou insurgências	Haiti e Camboja
Capturado	O Estado é governado por uma elite que persegue e massacra as elites rivais	Ruanda
Abortado	É aquele que faliu antes de ser completamente formado	Bósnia, Geórgia, Angola e Moçambique

Fonte: elaboração própria a partir de Gros (1996).

9 Para Rotberg (2002), o Estado pode ser fraco simplesmente por não possuir o controlo em determinadas áreas do território nacional. Ele pode ter um desempenho bom nas demais áreas, mas o facto de não obter controlo total do território já é suficiente para que ele seja classificado como fraco. Portanto, o termo é relativo e pode não seguir exatamente a tendência descrita pelo autor.

parcelas dele encontram-se sob controle das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).¹⁰

Os Estados fracassados, segundo o autor, demonstram deficiência na provisão de todos os bens políticos. Eles são tomados pela corrupção, possuem fronteiras frágeis, executivo geralmente inflado – sobrepondo-se aos demais poderes, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, altas taxas de emigração, epidemias, entre outros problemas. Para Rotberg (2002a), apenas sete países são, de fato, fracassados¹¹ – entre eles o problemático Afeganistão – apontado como um dos redutos da *Al-Qaeda*.

Estados fracassados que não possuem governo central e que, consequentemente, carecem de qualquer tipo de benefício que um governo possa fornecer, são classificados como colapsados. O único exemplar existente para Rotberg (2002a) é a Somália¹², também apontada como um caso extremo de fracasso por Bates (2008a) e Gros (1996).

QUADRO 2

Resumo da classificação de Rotberg (2002)

Características	Estado forte	Estado fraco	Estado fracassado	Estado colapsado (a)
Nível de segurança	Alto	Relativamente baixo	Muito baixo	Inexistente
Qualidade da democracia	Alta	Baixa	Muito baixa	Inexistente
Economia	Forte	Fraca	Muito fraca	Deteriorada
Estado de direito	Confiável	Deficiente	Não confiável ou ineficiente	Inexistente
Poder judiciário	Independente e confiável	Tende a ser menos confiável do que no Estado forte	Dependente do Executivo	Inexistente
Infraestrutura	Moderna	Decadente	Deteriorada	Destruída

10 As FARC são um grupo revolucionário com ideais comunistas. Utilizam táticas de guerrilha e estão presentes numa parte considerável do território colombiano. São considerados terroristas por alguns países e controlam boa parte da produção e da distribuição de cocaína na Colômbia – um dos maiores fornecedores mundiais da droga.

11 Afeganistão, Angola, Burundi, Congo, Libéria, Serra Leoa e Sudão.

12 A Somália não possui governo central desde 1991, sendo definida por Rotberg (2002, p. 142) como um “vácuo total de autoridade”. No país existem três regiões que buscam autonomia sob o mesmo território e uma quarta – a expressiva Somalilândia, que se autoproclamou independente, mas não tem reconhecimento da comunidade internacional.

Características	Estado forte	Estado fraco	Estado fracassado	Estado colapsado (a)
Corrupção e criminalidade	Baixa	Alta	Alta ou muito alta	Muito alta
Emigração	Baixa	Alta	Alta ou muito alta	Muito alta
Conflito interno	Pouco ou nenhum	* (b)	Intenso	Muito intenso
Controlo sobre fronteiras	Alto	Deficiente	Baixo ou muito baixo	Inexistente
Instituições	Eficientes	Deficientes	Ineficientes	Inexistentes
Governo	Centralizado e forte	*	Executivo inflado	Inexistente
IDH	Alto	Relativamente baixo	Baixo	Muito baixo
Controlo territorial	Total	Parcial	Muito baixo	Inexistente
Legitimidade	Alta	*	Muito baixa	Inexistente

Notas: (a) Do ponto de vista formal; (b) Símbolo utilizado para indicar a falta de categorização.

Fonte: adaptado de Malek (2006) e Rotberg (2002).

ASPETOS GERAIS DO FRACASSO DO ESTADO

De acordo com a literatura existente, quatro grupos de fatores causam o fracasso estatal: culturais, económicos, históricos e institucionais.

Rotberg (2002a) ressalta fatores culturais, que criam sociedades heterogêneas, as quais apresentam diversidades linguística, religiosa e étnica. Clivagens socioculturais requerem, por parte do Estado, considerável capacidade institucional¹³ (Norris, 2008). Em alguns Estados – a exemplo do Afeganistão –, as clivagens traduziram-se em rivalidade tribal e, por fim, em guerra civil, minando a capacidade de os Estados instituírem um governo que funcione de forma eficiente, o que explica o seu fracasso (Yoo, 2011). Contudo, autores como Fearon e Laitin (2003) e Posner (2005), trazem evidências de que a maior parte dos conflitos étnicos não se politizam, nem resultam em guerra civil.

Fatores económicos, por sua vez, passam por três tipos de literatura: *resource curse*, baixa renda *per capita* e desigualdade de renda. A primeira argumenta que a abundância de recursos naturais pode gerar incentivos para uma lógica *rent-seeking* no aparelho do Estado (Snyder e Bhavnani, 2005). Os elevados *payoffs* criam incentivos para a disputa, muitas vezes violenta, entre elites. Um caso exemplar é o controlo do comércio de diamantes na Serra

13 V. também Weaver e Rockman (eds.) (1993).

Leoa. Por sua vez, a pobreza tende a não permitir a construção de Estados, já que cria impedimentos à arrecadação (Collier, 2000), considerada a capacidade de Estado primordial (Besley e Persson, 2009; Hanson e Sigman, 2013).

No caso da desigualdade de renda, autores como Gros (1996) argumentam que os Estados fracassados apresentam uma profunda disparidade de renda entre os seus habitantes. De um lado, há uma minoria extremamente rica; de outro, uma maioria pobre e insatisfeita com a conjuntura. Um indicador típico desses países é a ausência de uma classe média expressiva, o que, para Gros (1996), é essencial para manter a sociedade coesa.¹⁴

Fatores históricos são a herança colonial e a distribuição populacional. Autores como Michael Bernhard *et al.* (2004), através de estudos empíricos, argumentam que as ex-colônias herdaram instituições das suas ex-metrópoles, e essas instituições têm um papel singular na construção do Estado e na sobrevivência da democracia.¹⁵ Contudo, em África, por exemplo, as ex-colônias britânicas (tidas como herdeiras de instituições políticas virtuosas) desenvolveram Estados fracassados. Jeffrey Herbst (2000), então, argumenta que os líderes no continente africano enfrentam empecilhos históricos devido à baixa densidade populacional, o que torna custoso criar uma burocracia de taxaço eficiente.

Por fim, autores neoinstitucionalistas defendem que o fracasso estatal é, antes de um resultado de forças históricas, económicas ou culturais, produto de um fraco processo de *state-building*. Fukuyama (2013a), por exemplo, ressalta três pontos a serem atingidos para a construção de ordem política: (1) Estado forte e impessoal; (2) *rule of law* e (3) *accountability* vertical. O fracasso Estatal estaria ligado ao *breakdown* de qualquer um desses três grupos de instituições, principalmente dos dois primeiros.

John A. Hall (2010) adota um posicionamento similar. Ele observa que os Estados de baixa renda *per capita*, a exemplo do Botsuana, foram capazes de estabelecer Estados aos moldes weberianos, com eleições regulares e limpas, além de gestarem clivagens étnicas e criarem formas não-predatórias de explorar a mineração de diamantes. Por outro lado, o Uganda, consideravelmente mais rico que o Botsuana, foi incapaz de fazer qualquer uma dessas coisas, e sucumbiu a um regime totalitário.

Outro aspeto típico dos Estados fracassados é a baixa qualidade de vida – o IDH. Além de viverem na pobreza, os habitantes possuem baixo grau de escolaridade e serviços de saúde precários, o que colabora para os altos índices de emigração. Fukuyama (2004) aborda a epidemia da SIDA na África

14 Tanto Boix (2003), quanto Acemoglu e Robinson (2006) indicam modelos formais para a escolha de regime com base na distribuição de renda dentro da sociedade.

15 Para evidências empíricas contrárias, v. Teorell (2010).

Subsaariana sob perspectiva institucional. Ainda que esses países tenham acesso aos dispendiosos medicamentos que inibem a atuação do vírus HIV, eles não possuem a infraestrutura de saúde forte o suficiente para promover uma política que consiga, de forma eficaz, administrar as dosagens do remédio e atingir a população necessitada. Além da dificuldade de obtenção dos medicamentos, esses países apresentam dificuldade em administrá-los.

Os Estados fracassados são também foco de instabilidade regional, além de serem vistos como uma ameaça à comunidade internacional. A falta de segurança interna contribui para o aumento da criminalidade, como o surgimento de fações criminosas que traficam drogas, proliferam armas pela região e aterrorizam a população. Além disso, a instabilidade das fronteiras facilita a entrada de grupos terroristas, que encontram reduto nesses países, a fim de conduzir as suas operações de forma segura.¹⁶

Estados fracassados tendem a ter uma divisão de poderes desequilibrada, em que o executivo – geralmente corrupto – se sobrepõe em relação ao legislativo e ao judiciário. O legislativo é um poder muitas vezes meramente ilustrativo (*ruber stamp*), sendo totalmente controlado pelo governante; além disso, os indivíduos não podem confiar no judiciário para se proteger das ações do governo, tão pouco da ação de outros indivíduos (Rotberg, 2002b).

Em suma, a literatura aponta diversos fatores para o fracasso do Estado. Entretanto, será que a teoria corresponde ao comportamento observado na realidade? Devido ao facto de muitas bases de dados não explicarem de forma detalhada como mensuraram o indicador de falência do Estado, este trabalho propõe-se criar um indicador de forma transparente para tornar possível a compreensão do processo e o teste de hipóteses relevantes para a literatura.

METODOLOGIA

Esta secção descreve os principais procedimentos metodológicos adotados no presente trabalho. O objetivo é facilitar a replicabilidade dos resultados (King, 1995). Tecnicamente, combina-se estatística descritiva e multivariada para analisar um banco de dados formado pela união de duas bases distintas: (1) Quality of Government Institute¹⁷ e (2) o Earth Policy Institute.¹⁸

16 Para posicionamento contrário, ver Hall (2010).

17 O Quality Government Institute é um instituto de pesquisa independente que está vinculado ao Departamento de Ciência Política da Universidade de Gothenburg, na Suécia. Ele foi fundado em 2004 pelos professores Bo Rothstein e Sören Holmberg com o objetivo de realizar pesquisas acerca da qualidade das instituições e como elas podem vir a influenciar na conjuntura de um país. V. <http://www.qog.pol.gu.se/data/datadownloads/qogbasicdata/>.

18 O Earth Policy Institute foi fundado em 2001 por Lester Brown em Washington DC. →

Em particular, o desenho de pesquisa utiliza a técnica de análise de componentes principais para estimar um índice de fracasso estatal. Depois disso, emprega-se a técnica de análise de conglomerados para classificar os casos (países) em quatro *clusters*, seguindo a tipologia proposta por Rotberg (2002b). Por fim, utiliza-se a análise de variância (ANOVA) e comparações múltiplas para examinar a distribuição de duas variáveis: (1) fragmentação étnica e (2) desenvolvimento económico desigual entre os conglomerados.

O banco de dados do Quality of Government Institute foi elaborado no ano de 2013 e apresenta 131 variáveis. Em 2012, o Earth Policy Institute fez uma compilação do banco de dados do Fund For Peace¹⁹ elaborado em 2011, contendo um total de 13 variáveis. O número total de países presentes na compilação dos bancos é 193. Abaixo é possível observar a síntese das variáveis selecionadas para a construção do índice.

O índice de fracasso estatal foi criado a partir da análise de componentes principais dessas variáveis. Isso porque as variáveis independentes possuem muitas informações em comum, ou seja, são altamente correlacionadas.

As diferentes técnicas de análise fatorial têm como objetivo principal a redução de um grande número de variáveis a poucos fatores/componentes (Figueiredo Filho e Silva Júnior, 2010). Portanto, isso significa que são extraídas informações compartilhadas que representam a variância comum entre as variáveis. Os fatores/componentes consistem nos aspetos não observáveis, ou ocultos, que compõem essas variáveis (Bezerra, 2009).

A técnica de extração utilizada será a de componentes principais, que permite que os fatores com maior grau de explicação da variância sejam determinados com a menor perda possível de informações, além de permitir também que outras técnicas estatísticas anteriormente prejudicadas pelo alto grau de correlação²⁰ sejam realizadas com maior precisão (Hair *et al.*, 2009). A intenção

O instituto realiza pesquisas com o intuito de fornecer recomendações visando um futuro sustentável a nível global. V. http://www.earth-policy.org/data_center/C21.

19 O Fund For Peace é uma tradicional organização não-governamental sediada em Washington DC, fundada em 1957. O instituto promove pesquisas que objetivam garantir maior segurança e prevenir a violência global. Anualmente, o Fund For Peace é responsável pela publicação do *Failed States Index*, que constrói um *ranking* classificando os países a partir do nível de falência que eles apresentam. V. <http://global.fundforpeace.org/index.php>.

20 Tecnicamente, esse problema é conhecido como multicolinearidade. Altos níveis de correlação entre variáveis independentes (explanatórias) impossibilitam a precisão quanto ao efeito que cada variável tem sobre a variável dependente. Um alto grau de correlação entre as variáveis independentes, portanto, diminui a informação disponibilizada para calcular as estimativas dos coeficientes (Figueiredo Filho *et al.*, 2011).

QUADRO 3

Seleção das variáveis a partir de Rotberg (2002a)

Variáveis	Descrição	Fonte (Ano)
Aparato de Segurança (<i>SecurityApparatus</i>)	Fatores que dificultam a ação do governo de proteger a sociedade por falta de capacidade ou de vontade.	<i>Earth Policy Institute</i> (2012)
Índice de Democratização (<i>van_index</i>)	Combina duas dimensões básicas: competição e participação. A medição é feita através da percentagem de votos que não foram direcionados ao maior partido (competição) vezes o percentual da população que votou. Esse produto é dividido por 100 para formar um índice, variando entre 0 quando não há democracia e 100 quando há plena democracia.	<i>Quality of Government Institute</i> (2013)
Pobreza e Declínio Económico (<i>EconomicDecline</i>)	Pobreza e declínio econômico limitam a capacidade do Estado para com seus habitantes.	<i>Earth Policy Institute</i> (2012)
Estado de Direito (<i>wbgi_rle</i>)	Estado de direito inclui indicadores que medem em que grau os agentes respeitam as regras das sociedades	<i>Quality of Government Institute</i> (2013)
Independência do Judiciário (<i>h_j</i>)	Codifica “1” se houver um judiciário independente e 0 caso contrário.	<i>Quality of Government Institute</i> (2013)
Serviços Públicos (<i>PublicServices</i>)	Provisão e serviços que fazem parte do papel do Estado.	<i>Earth Policy Institute</i> (2012)
Voo Humano e Evasão de Cérebros (<i>HumanFlight</i>)	Migração da população por falta de oportunidade ou por conflitos.	<i>Earth Policy Institute</i> (2012)
Discriminação de Grupos (<i>GroupGrievance</i>)	Quando o governo não é capaz de conter as tensões existentes entre grupos e a violência emerge.	<i>Earth Policy Institute</i> (2012)
Efetividade do Governo (<i>wbgi_gee</i>)	O foco principal desse índice é nos inputs requeridos ao governo para ele ser capaz de produzir e implementar políticas públicas e fornecer bens políticos.	<i>Quality of Government Institute</i> (2013)
Índice de Desenvolvimento Humano (<i>undp_hdi</i>)	Mede as conquistas básicas de um determinado governo nas esferas financeira, de saúde e de educação.	<i>Quality of Government Institute</i> (2012)
Delegitimidade do Estado (<i>DelegitimationoftheState</i>)	“Corrupção e falta de representatividade no governo enfraquecem diretamente o contrato social”.	<i>Earth Policy Institute</i> (2012)

Fonte: elaboração dos autores.

deste trabalho é a criação de um único indicador que sintetize a maior quantidade de variância compartilhada entre as variáveis originais.

Subsequente à análise de componentes principais será realizada a análise de conglomerados (*clusters*). Isso porque essa técnica é ideal para criar taxonomias ou tipologias a partir das características que os casos possuem em comum (Figueiredo Filho, Silva Júnior e Rocha, 2012). O procedimento de agrupamento será não hierárquico, mais especificamente de *k-means* – ideal para trabalhar com o número de *clusters* previamente definido pelo pesquisador (Hair *et al.*, 2009). Neste caso específico, os países serão agrupados de acordo com o índice de fracasso estatal. Seguindo a tipologia de Rotberg (2002a): *estados fortes, fracos, fracassados e colapsados*. Por fim, será realizada a análise de variância (ANOVA) e comparações múltiplas para examinar a distribuição de duas variáveis teoricamente relevantes sintetizadas no quadro abaixo.

QUADRO 4

Seleção de variáveis para análise de variância e comparações múltiplas

Variável	Descrição	Fonte (Ano)
Fragmentação Étnica (<i>al_ethnic</i>)	Combina características linguísticas e raciais para medir a fragmentação étnica.	<i>Quality of Government Institute</i> (2013)
Desenvolvimento Económico Desigual (<i>UnevenEconomicDevelopment</i>)	Variável que mensura disparidades económicas entre distintos grupos e regiões.	<i>Earth Policy Institute</i> (2012)

Fonte: elaboração dos autores.

RESULTADOS

Hair *et al.* (2009) recomendam uma razão mínima de cinco casos (países) por variável. Neste trabalho, a razão foi de 17,5. No que diz respeito ao padrão de correlação entre as variáveis, Hair *et al.* (2009) afirmam que a maior parte das correlações devem superar 0,3.²¹ Além disso, os autores argumentam que todas as variáveis incluídas devem ter como base a relevância teórica. Neste trabalho, as variáveis foram selecionadas a partir de Rotberg (2002).

O teste Bartlett indica que há correlação suficiente entre as variáveis para que seja possível dar continuidade ao procedimento (Hair *et al.*, 2009). Para isso, ele deve ser estatisticamente significativo ($p < 0,05$). Já o teste de Kaiser-Meyer-Olkin mede o grau de correlação parcial existente entre as variáveis (Bezerra, 2009) e por sua vez, tem que exceder o valor de 0,50 (Hair *et al.*,

21 A matriz de correlação entre as variáveis incluídas no modelo de análise de componentes principais encontra-se disponível nos Anexos.

2009). Os quadros 5 e 6 sintetizam ambos os testes.

A comunalidade é “a variância compartilhada por todas as variáveis presentes na análise” (Hair *et al.*, 2009, p. 104). Portanto, o valor apresentado é uma estimativa que mostra a colaboração de cada variável para a construção dos fatores. Segundo Hair *et al.* (2009), não há um parâmetro que indique exatamente se o valor da comunalidade é alto ou baixo. Entretanto, é importante ressaltar que valores acima de 0,50 compartilham mais da metade de sua variância com as demais variáveis. No quadro abaixo, a única variável que apresentou compartilhamento menor do que 0,50 foi “independência do judiciário”. Isso implica dizer que essa variável contribui menos para a construção do índice do que as demais. Esse resultado pode ser explicado, em parte, pelo nível de mensuração da variável, que é categórica codificada como 1 quando o Estado possui um judiciário independente e 0 quando não possui.²² A variável com o maior valor foi “delegitimidade do Estado”, com 86,4% de variância comum.

A escolha do número de fatores a serem extraídos foi baseada no critério *a priori*. Segundo esse critério, o pesquisador tem conhecimento prévio – através de uma teoria – de quantos fatores ele pretende extrair (Hair

QUADRO 5
KMO e Teste Bartlett

Medida de Adequação da Amostra Kaiser-Meyer-Olkin	0,921
Teste de Esfericidade de Bartlett (Sig.)	0,000

Fonte: elaboração dos autores.

QUADRO 6
Comunalidades*

Delegitimidade do Estado	0,864
Serviços Públicos	0,855
Aparato de Segurança	0,830
Índice de Democratização	0,509
Pobreza e Declínio Económico	0,740
Voo Humano e Evasão de Cérebros	0,638
Discriminação de Grupos	0,546
Efetividade do Governo	0,843
Estado de Direito	0,849
Índice de Desenvolvimento Humano	0,735
Independência do Judiciário	0,478

* A análise de componentes principais foi realizada a partir dos seguintes comandos: analisar > redução de dimensão > fator. Em “descritivos” foi selecionada a opção “teste de esfericidade de Bartlett e KMO”. Em extração, foi selecionado o método “componentes principais”. Em opções, foi selecionado “substituir pela média” para todos os casos serem abrangidos. Por último, os clusters foram salvos como variável em pontuações.

Fonte: elaboração dos autores.

22 De acordo com Hair (2009), na análise de componentes principais é aconselhado o uso de variáveis numéricas e contínuas, sendo desaprovado o uso de variáveis categóricas. Entretanto, o autor ressalta que, para incluir uma variável categórica na análise, é necessário recodificá-la em 0 e 1, ou seja, transformá-la numa variável *dummy*.

QUADRO 7
Variância Total Explicada

Autovalor	7,886
% de variância	71,690

Fonte: elaboração dos autores.

QUADRO 8
Matriz de Componentes

Delegitimidade do Estado	0,929
Serviços Públicos	0,925
Aparato de Segurança	0,911
Índice de Democratização	-0,713
Pobreza e Declínio Económico	0,860
Voo Humano e Evasão de Cérebros	0,799
Discriminação de Grupos	0,739
Efetividade do Governo	-0,918
Estado de Direito	-0,921
Índice de Desenvolvimento Humano	-0,857
Independência do Judiciário	-0,691

Fonte: elaboração dos autores.

QUADRO 9
Correlação

Coefficiente de Correlação de Pearson	0,974
Sig.	0,000

Fonte: elaboração dos autores.

et al., 2009). Portanto, como o objetivo deste artigo é a criação transparente de um indicador de fracasso do Estado, a intenção é selecionar apenas um fator.

Mais dois critérios foram utilizados para demonstrar a adequação do fator. O primeiro foi o critério do autovalor (*eigenvalue*), em que apenas fatores com autovalor maior que 1,0 são considerados significantes (Hair *et al.*, 2009). Na análise de componentes principais, apenas um componente atendeu a esse critério.

Outro critério utilizado foi o do percentual da variância explicada. Para Hair *et al.* (2009), nas Ciências Sociais, um fator que tenha o percentual de variância acumulado com pelo menos 60% já é considerado satisfatório. O indicador de falência do Estado apresentou 71,69% da variância. A tabela abaixo sintetiza a variância do fator.

Como apenas um componente foi extraído, não houve necessidade de rotacioná-lo para analisar a matriz dos componentes. Portanto, os valores explicitados no quadro abaixo representam as variáveis que compõem o fator único (falência do

Estado) e seus respectivos valores. Quanto maior o número (independente do sinal), maior é a contribuição da variável na construção do indicador (Bezerra, 2009).

Com a finalidade de comprovar a robustez do indicador criado neste trabalho, foi realizada uma correlação entre ele e a variável de fracasso do Estado disponível no banco de dados do Earth Policy Institute. A tabela abaixo apresenta o coeficiente de correlação de Pearson entre as duas variáveis.

Observa-se uma correlação muito forte, positiva (0,974) e estatisticamente significativa ($p < 0,05$) entre o fracasso do Estado e o indicador desenvolvido pelo Fund For Peace, ou seja, do ponto de vista meramente técnico, os indicadores medem a mesma coisa.

Após a estimação do indicador, o próximo passo é analisar a sua distribuição. A variável foi recodificada entre 0 e 1 para facilitar a compreensão.²³ Quanto mais próximo de 1, mais fracassado é o Estado. Quanto mais próximo de zero, menos fracassado. O mínimo é 0,16 e corresponde à Suécia. O máximo é 0,84 e corresponde à Somália. A média é de 0,53 e o desvio padrão é de 0,16. A tabela abaixo ilustra a análise descritiva da variável.

A figura 1 sugere que a distribuição do indicador de fracasso do Estado é aproximadamente normal.

QUADRO 10

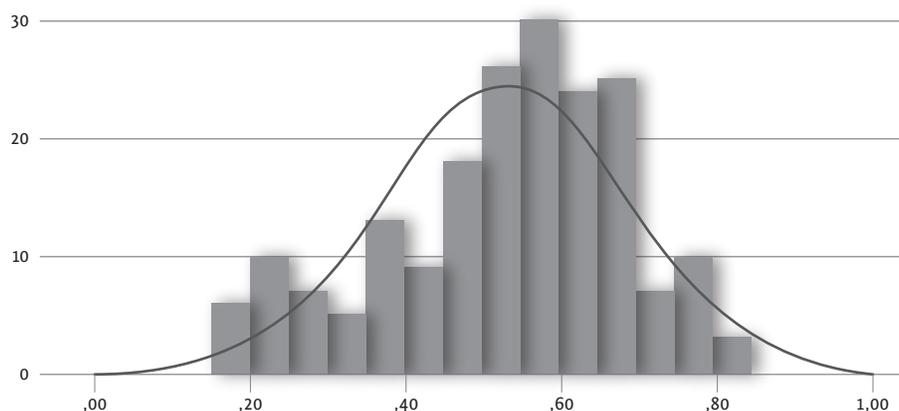
Análise Descritiva do Indicador Falência do Estado

N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
193	0,16	0,84	0,53	0,16

Fonte: elaboração dos autores.

FIGURA 1

Histograma de Falência do Estado



Fonte: elaboração dos autores.

23 O primeiro passo foi observar a variação do fator extraído. Depois disso, somar o valor mínimo da distribuição, que produziu uma variação entre 0 e 4,34. Subsequentemente, foi adicionada uma unidade a cada observação. Por fim, o valor de cada caso foi dividido por 1 + 5,34 (novo valor máximo).

Uma vez constatado que o indicador apresenta distribuição normal, foi realizada uma análise de conglomerados com a finalidade de classificar os países em quatro grupos, seguindo a tipologia de Rotberg (2002a). Foram criados quatro *clusters*: Estados fortes, fracos, fracassados e colapsados. A tabela abaixo sintetiza a análise de conglomerados.

QUADRO 11

Análise de Conglomerados*

<i>Cluster</i>	N	%	Média do Indicador de Falência do Estado
Estado Forte	40	20,7	0,28
Estado Fraco	65	33,7	0,50
Estado Fracassado	71	36,8	0,64
Estado Colapsado	17	8,8	0,77
<i>Total</i>	<i>193</i>	<i>100</i>	<i>0,53</i>

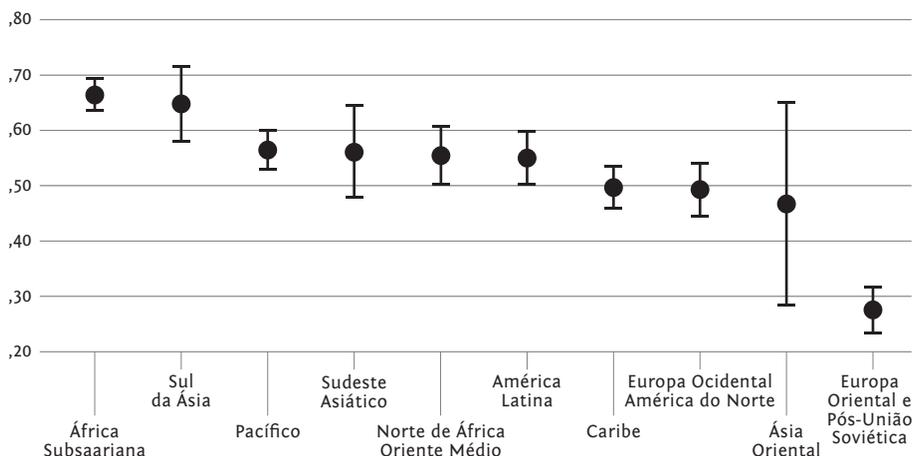
* Os comandos utilizados foram analisar > classificar > *cluster* de K médias. Como variável, foi selecionado o indicador criado na análise de componentes principais. Os casos foram rotulados por países. Foram colocados 4 *clusters* na opção de número de *clusters* e foram salvas tanto a associação quanto a distância do centro do *cluster*.

Fonte: elaboração dos autores.

Para fim de ilustração, a figura 2 mostra, em ordem decrescente, a média do indicador de fracasso do Estado por região do mundo num intervalo de confiança de 95%.

FIGURA 2

Fracasso do Estado por região do mundo



Fonte: elaboração própria.

As bolas pretas do gráfico representam as médias das respectivas regiões. As hastes representam os limites superiores e inferiores do intervalo de confiança de 95%. Observa-se que as regiões com maior nível de fracasso são a África Subsaariana e o Sul da Ásia, apresentando, respetivamente, médias de 0,66 e 0,64. As regiões com menor média, ou seja, menos fracassadas são a Europa Ocidental e a América do Norte, que apresentam uma média de 0,27. Abaixo é possível visualizar, respetivamente, os *rankings*²⁴ dos dez países mais fracassados do mundo e dos países menos fracassados de acordo com o indicador de fracasso do Estado.

Por fim, foram realizadas múltiplas comparações das médias tendo o *cluster* como variável independente e duas outras variáveis como dependentes: (1) fragmentação étnica e (2) desenvolvimento económico desigual. A finalidade desta etapa é mostrar como essas variáveis se comportam entre os *clusters*.

A primeira variável dependente utilizada foi fragmentação étnica. A tabela abaixo sumariza a comparação múltipla, par a par, entre os grupos adotando os Estados colapsados como categoria de referência. Espera-se uma correlação positiva entre falência estatal e fragmentação étnica, assim como sugerido por Rotberg (2002a).

QUADRO 12
Ranking dos 10 Estados
Mais Fracassados

País	Falência do Estado
Somália	0,842
Zimbábue	0,807
República Dem. Congo	0,804
Chade	0,792
Guiné	0,789
Sudão	0,787
Afeganistão	0,784
Haiti	0,769
Iraque	0,764
Costa do Marfim	0,764

Fonte: elaboração dos autores.

QUADRO 13
Ranking dos 10 Estados
Menos Fracassados

País	Falência do Estado
Suécia	0,158
Dinamarca	0,168
Finlândia	0,173
Suíça	0,178
Áustria	0,190
Noruega	0,193
Países Baixos	0,206
Canadá	0,208
Austrália	0,211
Luxemburgo	0,214

Fonte: elaboração dos autores.

24 Os *rankings* foram produzidos a partir dos seguintes comandos: analisar > relatórios > resumo de caso.

QUADRO 14

Múltiplas Comparações: Fragmentação Étnica*

Cluster		Dif (I-J)	Erro Padrão	p-valor	IC 95%	
(I)	(J)				Inferior	Superior
Colapsados		0,116	0,064	0,267	-0,049	0,281
	Fracos	0,232	0,064	0,002	0,065	0,398
	Fortes	0,392	0,068	0,000	0,217	0,568

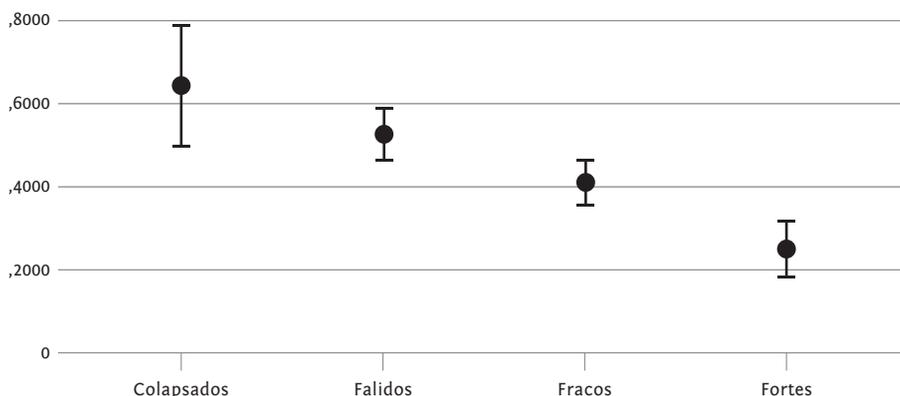
* O comando utilizado foi analisar > comparar médias > ANOVA a um fator. Primeiramente, a variável dependente utilizada foi “fragmentação étnica”. Ao repetir o processo, a variável dependente passou a ser “desenvolvimento económico desigual”. O fator selecionado foram os *clusters*. Em *Post-Hoc Tests* foi selecionada a opção “Tukey”. Por último, em opções, foi pedido o diagrama de médias

Fonte: elaboração dos autores.

Como é possível observar, a diferença entre os Estados colapsados e os fracassados (Dif. = 0,116), no que diz respeito à fragmentação étnica, não é significativa ($p = 0,267$). Em relação aos demais tipos de Estado, a diferença é significativa ($p < 0,05$). Portanto, a fragmentação étnica é uma variável importante para entender a diferença entre Estados colapsados, fracos e fortes. A figura 3 ilustra esses dados.

A figura 3 ilustra a diferença das médias entre os *clusters* e facilita a compreensão do quadro 10. É possível observar que Estados colapsados e fracassados apresentam interseção entre os intervalos de confiança. Isso implica dizer

FIGURA 3
Distribuição de médias entre os *clusters* a partir da fragmentação étnica



Fonte: elaboração dos autores.

que existe uma probabilidade maior de que haja igualdade entre as suas médias, ou seja, uma diferença não significativa entre esses dois tipos de Estado. Quanto aos Estados fortes e fracos, os intervalos em momento algum se tocam, o que aumenta a probabilidade de rejeição da hipótese nula, admitindo-se então que as médias possuem diferença estatisticamente significativa. Há uma pequena interseção entre os Estados fracassados e os fracos. Entretanto, ela não é significativa, como é possível visualizar no quadro 10.

A segunda variável de interesse é o nível de desenvolvimento económico desigual. A tabela abaixo sintetiza os resultados a partir dos Estados colapsados.

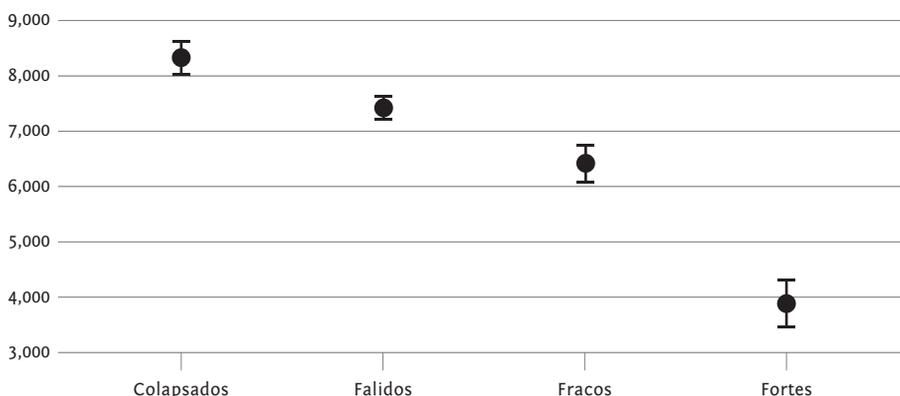
Como pode ser observado, os Estados colapsados são significativamente diferentes de Estados fracassados (Dif. = 0,915), fracos (Dif. = 1,909) e fortes (Dif. = 4,450). A figura 4 apresenta a distribuição das médias entre os *clusters*.

QUADRO 15
Múltiplas Comparações: Desenvolvimento Económico Desigual

<i>Cluster</i>		Dif (I-J)	Erro Padrão	p-valor	IC 95%	
(I)	(J)				Inferior	Superior
Colapsados		0,915	0,276	0,006	0,199	1,631
	Fracos	1,909	0,287	0,000	1,164	2,654
	Fortes	4,450	0,295	0,000	3,684	5,216

Fonte: elaboração dos autores.

FIGURA 4
Distribuição de médias entre os *clusters* a partir do desenvolvimento económico desigual



Fonte: elaboração dos autores.

É possível observar que os intervalos de confiança não se encontram. Ou seja, a diferença entre as médias é estatisticamente significativa ($p < 0,05$). A relação esperada entre fracasso do Estado e desenvolvimento económico desigual é positiva, portanto, quanto maior a falência do Estado, maior a desigualdade económica entre a população. Também é possível observar que os países fortes diferem bastante dos demais, apresentando maior homogeneidade económica entre seus habitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi estimar um indicador de fracasso do Estado de forma transparente, que possibilitasse a compreensão de como o processo é desenvolvido. Acreditamos que essa prática garante a replicabilidade dos resultados e a possibilidade de falseamento das conclusões ofertadas. Como forma de validar o indicador e utilizá-lo de forma prática, outros procedimentos estatísticos foram feitos ao longo do trabalho.

Para isso, primeiramente, foram submetidas à análise de componentes principais 11 variáveis em que o fator fracasso do Estado foi extraído. O indicador mostrou forte correlação com a variável que mede o fracasso do Estado presente no banco de dados do Earth Policy Institute, o que contribui para comprovar a sua robustez. Posteriormente, através da análise de conglomerados, foi possível alocar os 193 países em quatro *clusters* de acordo com a tipologia proposta por Rotberg (2002b). Por fim, o último procedimento foi analisar a distribuição da fragmentação étnica e do desenvolvimento económico desigual entre os *clusters*.

As variáveis *fragmentação étnica e desenvolvimento económico* apresentaram comportamento semelhante ao descrito pela literatura. Como foi possível observar, apenas o intervalo de confiança entre as médias de fragmentação étnica nos Estados colapsados e dos fracassados não possui diferença estatística significativa, o que pode sugerir que, em relação a essa variável, os Estados fracassados e colapsados apresentam o mesmo comportamento. Já a variável desenvolvimento económico desigual apresentou diferença significativa entre todos os intervalos, o que implica dizer que, de facto, quanto maior o fracasso de um Estado, maior a desigualdade económica entre a população.

Para desenvolver a análise dos resultados, foi necessário um esforço extra para superar as nossas limitações com as técnicas estatísticas. Além disso, os bancos de dados, muitas vezes, não apresentavam informações detalhadas sobre como o indicador de fracasso do Estado havia sido criado e mensurado, o que despertou o nosso interesse pela criação de um indicador próprio e, de forma mais importante, transparente.

A literatura sobre os Estados fracassados ganhou bastante importância a partir dos eventos de 11 de setembro de 2001. A questão que outrora era vista pelo mundo como caótica apenas para a população do país problemático, tornou-se uma preocupação mundial a partir do momento em que a comunidade internacional se viu ameaçada pelos inúmeros problemas – tais como terrorismo, proliferação de armas, tráfico de drogas, pirataria, emigração, proliferação de doenças, instabilidade regional, etc. – que tais Estados podem causar.

Esperamos contribuir para o estudo do tema, além de auxiliar os profissionais de políticas públicas a desenvolverem e implementarem políticas que sejam capazes de fortalecer a capacidade estatal. É necessário, portanto, que cada vez mais pesquisas sejam desenvolvidas como forma de evidenciar os aspectos do fracasso dos Estados para possibilitar futuras reformas institucionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEMOGLU, D., ROBINSON, J. (2006), *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BERNHARD, M., REENOCK, C. e NORDSTROM, T. (2004), “The legacy of western overseas colonialism on democratic survival”. *International Studies Quarterly*, 48 (1), pp. 225-250.
- BESLEY, T., PERSSON, T. (2009), “State capacity, conflict and development”. *Working Paper*. London School of Economics.
- BATES, R. (2008a), “State failure”. *Annual Review of Political Science*, 11, pp. 1-12.
- BATES, R. (2008b), “The logic of state failure: learning from late-century Africa”. *Conflict Management and Peace Science*, 25, pp. 297-314.
- BEZERRA, F. A. (2009), “Análise fatorial”. In L. J. Corrar, E. Paulo e J. M. Dias Filho (orgs.), *Análise Multivariada: para os Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*, São Paulo, Atlas SA, pp. 73-130.
- BOIX, C. (2003), *Democracy and Redistribution*, Cambridge University Press, 2003.
- COJANU, V., POPESCU, A. I. (2007), “Analysis of failed states: some problems of definition and measurement”. *The Romanian Economic Journal* (25), pp. 113-132.
- COLLIER, P. (2000), “Economic causes of civil war and their implications for policy”. In C. Crocker, F. O. Hampson (eds.), *Managing Global Chaos*, Washington, us Institute for Peace, pp. 143-162.
- COTTON, J. (2007), “Timor-Leste and the discourse of state failure”. *Australian Journal of International Affairs*, 61 (4), pp. 455-470.
- EARTH POLICY INSTITUTE (Comp.) (2012), *Failed States Index Scores for 178 Countries*. Disponível em: <http://www.earth-policy.org/data_center/C21>.
- FEARON, J. D., LAITIN, D. D. (2003), “Ethnicity, insurgency and civil war”. *American Political Science Review*, 97 (1), pp. 75-90.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B., SILVA JÚNIOR, J. A. (2009), “Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r)”. *Revista Política Hoje*, 18 (1), pp. 115-146.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B., SILVA JÚNIOR, J. A. da (2010), “Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial”. *Opinião Pública*, 16 (1), pp. 160-185.

- FIGUEIREDO FILHO, D. B., *et al.* (2011), “O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)”. *Revista Política Hoje*, 20 (1), pp. 44-99.
- FIGUEIREDO FILHO, D. B., SILVA JÚNIOR, J. A. da, ROCHA, E. C. da (2012) “Classificando regimes políticos utilizando análise de conglomerados”. *Opinião Pública*, 18 (1), pp. 109-128.
- FUKUYAMA, F. (2004), *Construção de Estados: Governo e Organização no Século XXI*, Rio de Janeiro, Rocco.
- FUKUYAMA, F. (2013a), “What is governance?” *Governance: an International Journal of Policy, Administration and Institutions*, 26 (3), pp. 347-368.
- FUKUYAMA, F. (2013b), *Political Order and Political Decay: From the Industrial Revolution to the Globalization of Democracy*, Nova Iorque, Farrar, Straus and Giroux.
- GROS, J.-G. (1996), “Towards a taxonomy of failed states in the New World Order: decaying Somalia, Liberia, Rwanda and Haiti”. *Third World Quarterly*, 17 (3), pp. 455-471.
- HAIR JUNIOR, J. F. *et al.* (2009), *Multivariate Data Analysis*. 7.^a ed., s.l., Prentice Hall Higher Education.
- HALL, J. A. (2010), “State failure”. In G. Morgan *et al.* (eds.), *The Oxford Handbook of Comparative Institutional Analysis*, Oxford University Press, pp. 587-600.
- HANSON, J. K., SIGMAN, R. (2013), “Leviathan’s Latent Dimensions: Measuring State Capacity for Comparative Political Research”. *Working Paper*, Maxwell Faculty.
- HERBST, J. (2000), *States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control*, Princeton, Princeton University Press.
- HUNTINGTON, S. P., HARRISON, L. E. (2002), *A Cultura Importa*, Rio de Janeiro, Record.
- KING, G. (1995), “Replication, replication”. *PS: Political Science and Politics*, 28, pp. 443-499. Disponível em: <<http://gking.harvard.edu/files/gking/files/replication.pdf>>.
- KOHLI, A. (2004), *State-Directed Development: Political Power and Industrialization in the Global Periphery*, Cambridge University Press.
- KRASNER, S. D. (2005), “The case for shared sovereignty”. *Journal of Democracy*, 16 (1), pp. 69-83.
- LIJPHART, A. (2003), *Modelos de Democracia*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- MALEK, M. (2006), “State failure in the South Caucasus: proposals for an analytical framework”. *Transition Studies Review*, 13 (2), pp. 441-460.
- MANTZIKOS, I. (2011), “Somalia and Yemen: the links between terrorism and state failure”. *Digest of Middle East Studies*, 20 (2), pp. 242-260.
- NORRIS, P. (2008), *Driving Democracy: Do Power-Sharing Institutions Work?*, Cambridge University Press.
- POHLMANN, M. C. (2009), “Análise de conglomerados” In L. J. Corrar, E. Paulo e J. M. Dias Filho (orgs.), *Análise Multivariada: para os Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*, São Paulo, Atlas SA, pp. 324-388.
- POSNER, D. (2004), “Measuring ethnic fractionalization in Africa”. *American Journal of Political Science*, 48 (4), pp. 849-863.
- RICE, S. E. (2003), “The new national security strategy: focus on failed states”. *The Brookings Institution Policy Brief*, 116, pp. 1-8.
- ROTBURG, R. (2002a), “Failed states in a world of terror”. *Foreign Affairs*, 81 (1), pp. 127-140.
- ROTBURG, R. (2002b), “The new nature of nation-State failure”. *The Washington Quarterly*, 25 (3), pp. 85-96.
- ROTBURG, R. (2003), “Failed states, collapsed states, weak states: causes and indicators”. In R. Rotberg (ed.), *Rotberg RI*, Washington DC, Brookings Institution Press.

- ROTBURG, R. (2004), "The failure and collapse of nation-states: breakdown, prevention, and repair". In R. ROTBERG (ed.), *When States Fail: Causes and Consequences*, Princeton University Press, pp. 1-49.
- SNYDER, R., BHAVNANI, R. (2005), "Diamonds, blood, and taxes: a revenue-centered framework for explaining political order". *Journal of Conflict Resolution*, 49 (4), pp. 563-597.
- TEORELL, J. (2010), *Determinants of Democratization*, Cambridge University Press.
- THE QUALITY OF GOVERNMENT INSTITUTE. *The QOG basic dataset: codebook*. University of Gothenburg, 2013. Disponível em: <<http://www.qog.pol.gu.se/data/datadownloads/qogbasicdata/>>
- WEAVER, R. K., ROCKMAN, B. A. (eds.) (1993), *Do Institutions Matter? Government Capabilities in the United States and Abroad*, Brookings Institution Press.
- YOO, J. (2011), "Fixing failed states". *California Law Review*, 99 (95), pp. 95-150.
- ZAGO, E. F., MINILLO, X. K. P. (2008), "Consequências da falência de um Estado: pirataria nas águas da Somália". *Meridiano 47* (100), pp. 11-16.

* Agradecemos a colaboração de Matheus Silva Cunha, da Universidade Federal de Pernambuco, na revisão final deste artigo.

Recebido a 10-12-2014. Aceite para publicação a 14-09-2015.

ALVES, H. L. *et al.* (2016), "Análise institucional comparada dos Estados fracassados". *Análise Social*, 219, LI (2.º), pp. 432-456.

Helena Lins Alves » helena.linsalves@gmail.com » Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciência Política » Av. Prof. Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife — CEP 50670-901, Pernambuco, Brasil.

Dalson B. Figueiredo Filho » dalsonbritto@yahoo.com.br » Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciência Política » Av. Prof. Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife — CEP 50670-901, Pernambuco, Brasil.

Ranulfo Paranhos » ranulfoparanhos@me.com » Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Sociais » Av. Lourival Melo Mota, s/n, Cidade Universitária, Maceió — CEP 57072-900, Alagoas, Brasil.

José Alexandre da Silva Jr. » jasjunior2007@yahoo.com.br » Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Sociais » Av. Lourival Melo Mota, s/n, Cidade Universitária, Maceió — CEP 57072-900, Alagoas, Brasil.

Enivaldo Carvalho da Rocha » enivaldocrocha@gmail.com » Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciência Política » Av. Prof. Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife — CEP 50670-901, Pernambuco, Brasil.
